



## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

### PAIS – UPA Zona Noroeste

CNPJ nº 61.699.567/0088-43

Nota da Administração

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – PAIS – UPA NOROESTE** que integra a S.P.D.M.

**Relatório da Administração** - Senhores Membros do Conselho Fiscal, Administrativo e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 26 inciso VIII, submetemos à apreciação de V. S. as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Conforme artigo 1º do Estatuto Social, a SPDM, proprietária do Hospital São Paulo, originalmente denominada Escola Paulista de Medicina, constituída por escritura pública de 26/06/1933, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública Estadual e Municipal, regida por seu estatuto e legislação aplicável. A SPDM tem como objetivos manter e gerenciar o Hospital São Paulo, hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e demais instalações, bem como gerenciar ou assessorar outros hospitais, centros de promoção, prevenção e assistência à saúde e unidades afins. A diretriz primordial da Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Ainda faz parte das diretrizes, promover e manter o ensino e a pesquisa, básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico. Através de cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências, produzir, comercializar e disponibilizar material didático e científico nas áreas de atuação. A gestão da Entidade é baseada no sistema de governança corporativa e na condição de entidade filantrópica, apesar das demandas crescentes por atendimentos e da escassez de recursos, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Órgão deliberativo da SPDM, o Conselho Administrativo, além de outras atribuições, apresenta ao Conselho Fiscal, análise de resultados que

inclua prestação de contas, balanço Patrimonial da SPDM e quadros comparativos com exercício anterior. Objetivando fiscalizar e acompanhar as atividades da Associação, o Conselho Fiscal é responsável pela aprovação do balanço apresentado pelo Conselho Administrativo. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Assim, a Instituição contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldada por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social e Educação, a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, oferecendo ainda na área Educação, cursos de graduação, pós-graduação Lato Sensu (MBA-Especialização), cursos de extensão – cursos livres e também a gestão de Centros de Educação Infantil. São Paulo, 28 de fevereiro de 2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**, Diretor-Presidente da SPDM.

Balanço Patrimonial			Comparativo das Demonstrações do Resultado do Exercício				Demonstração do Fluxo de Caixa					
Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2019 - Valores em Reais			Encerrado em 31 de Dezembro de 2019 - Valores em Reais				Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2019 - Valores em Reais					
			2019		2018		2019		2018		2019	
<b>ATIVO</b>												
<b>Ativo Circulante</b>												
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.200.543,41	0,00	(=) Receita Bruta de Serviços	15.640.305,82	0,00	Fluxos de caixa das atividades operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bancos conta Movimento (nota 4.1)	1.392.982,90	0,00	(+) Serviços - Saúde	14.915.354,80	0,00	Superávit / Déficit do exercício/período						
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	2,00	0,00	Contrato de Gestão nº 90/2019	13.209.922,96	0,00	Variáveis nos ativos e passivos						
<b>Cliente e Outros Recebíveis</b>	1.392.980,90	0,00	Isonção Usufruída (nota 8)	1.703.839,05	0,00	(Aumento) Redução em contas a receber	(19.323.759,77)	0,00				
<b>Clientes</b>	19.804.700,83	0,00	Trabalho Voluntário (nota 8.1)	1.592,79	0,00	(Aumento) Redução outros créditos	(55.274.338,72)	0,00				
Prefeitura Municipal de Santos	19.323.759,77	0,00	(+) <b>Outras Receitas Operacionais</b>	724.951,02	0,00	(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(2.859,68)	0,00				
- UPA Zona Noroeste			Estrutura SPDM	724.951,02	0,00	(Aumento) Redução em estoques	(464.688,94)	0,00				
<b>Outros Créditos (nota 4.5)</b>	16.252,12	0,00	(=) <b>Receita Líquida de Serviços Prestados</b>	15.640.305,82	0,00	Aumento (Redução) em fornecedores	161.867,09	0,00				
Adiantamento SPDM	2.541,25	0,00	(+) <b>Outras Receitas</b>	226.212,12	0,00	Aumento (Redução) nas doações e subvenções/						
Adiantamentos e outros créditos	13.710,87	0,00	(+) <b>Receitas Gerais - Saúde</b>	226.212,12	0,00	Contratos de gestão	75.260.432,36	0,00				
<b>Despesas Antecipadas</b>	2.859,68	0,00	Outras Receitas	222.682,87	0,00	Aumento (Redução) em contas a pagar e						
Despesas Antecipadas	2.859,68	0,00	Descontos Recebidos	3.529,20	0,00	provisões	1.036.330,56	0,00				
<b>Estoque (nota 4.6)</b>	464.688,94	0,00	Financeiras	0,05	0,00	Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	67.550,79	0,00				
Materiais utilizados no Setor de Nutrição	108,00	0,00	(=) <b>Receita Líquida</b>	15.866.517,94	0,00	Aumento (Redução) Passivo de Arrendamento	0,00	0,00				
Materiais utilizados no Setor de Farmácia	158.665,50	0,00	(-) <b>Custos Operacionais</b>	6.995.599,52	0,00	<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	1.460.533,69	0,00				
Materiais de Almoarifado	305.915,44	0,00	(-) <b>Serviços</b>	4.957.099,55	0,00	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>						
<b>Ativo não Circulante</b>	55.325.637,39	0,00	(-) Pessoal Serviço Próprio	4.285.489,27	0,00	(-) Adição de Bens de Terceiros	(67.550,79)	0,00				
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	55.258.086,60	0,00	(-) Serviço de Terceiros	671.610,28	0,00	<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>						
Valores a Receber	55.258.086,60	0,00	(-) <b>Custos com Mercadorias</b>	880.433,86	0,00	<b>de investimentos</b>	(67.550,79)	0,00				
<b>Ativo Imobilizado Terceiros (nota 4.20)</b>	74.489,67	0,00	(-) Medicamentos e Materiais	880.433,86	0,00	<b>Fluxos de caixa das atividades de</b>						
Imobilizado - Bens de Terceiros	74.489,67	0,00	(-) <b>Tributos</b>	6,92	0,00	<b>financiamento</b>						
<b>Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros</b>	(6.938,88)	0,00	(-) Impostos Taxas e Contribuições	6,92	0,00	<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de</b>						
Bens Terceiros	(6.938,88)	0,00	(-) <b>Gratuidades</b>	1.097.983,76	0,00	<b>de financiamentos</b>						
<b>Total do Ativo</b>	76.526.180,80	0,00	(-) Isenção Usufruída (nota 8.1)	1.097.983,76	0,00	<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de</b>						
			(-) <b>Outros Custos Operacionais</b>	60.075,43	0,00	<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	1.392.982,90	0,00				
			(-) Custos Bens Permanentes de Terceiros	60.075,42	0,00	<b>Saldo inicial de Caixa e equivalente</b>	0,00	0,00				
			(-) Outros Custos	0,01	0,00	<b>Saldo final de Caixa e equivalente</b>	1.392.982,90	0,00				
			(-) <b>Despesas Operacionais</b>	8.870.918,42	0,00							
			(-) <b>Serviços</b>	6.922.312,62	0,00							
			(-) Pessoal Serviços Próprios	1.798.077,08	0,00							
			(-) Serviços de Terceiros	5.122.642,75	0,00							
			(-) Trabalho Voluntário	1.592,79	0,00							
			(-) <b>Despesas com Mercadorias</b>	583.979,41	0,00							
			(-) Medicamentos e Materiais	583.979,41	0,00							
			(-) <b>Tributos</b>	2.182,79	0,00							
			(-) Impostos Taxas e Contribuições	2.182,79	0,00							
			(-) <b>Gratuidades</b>	605.855,29	0,00							
			(-) Isenção Usufruída (nota 8.1)	605.855,29	0,00							
			(-) <b>Outras Despesas Operacionais</b>	756.588,31	0,00							
			(-) Despesas Financeiras	742.174,06	0,00							
			(-) Despesas Bens Permanentes de Terceiros	14.414,25	0,00							
			(-) <b>Outras Despesas</b>	0,00	0,00							
			(=) <b>Superávit / Déficit do Exercício (Nota 7)</b>	0,00	0,00							
			Provisão FGTS Sobre Férias	4.019,84	0,00							
			Provisão de Despesas com Quitações	23.903,77	0,00							
			Provisão PIS sobre 13º Salário	337,82	0,00							
			Provisão PIS sobre Férias	502,48	0,00							
			<b>Contas a Pagar/Valores de Terceiros</b>	33.145.333,54	0,00							
			Convênios/Contratos Públicos a Realizar	33.145.333,54	0,00							
			<b>Passivo Não Circulante</b>	55.317.710,62	0,00							
			Bens Móveis de Terceiros	60.075,42	0,00							
			Ajustes-Vida Útil Econômica-Bens Móveis	(451,40)	0,00							
			Convênios/Contratos Públicos a Realizar	55.258.086,60	0,00							
			<b>Total do Passivo</b>	88.578.541,68	0,00							
			<b>Custos e Despesas</b>	1.499.785,57	0,00							
			<b>Custos Operacionais</b>	1.400.167,02	0,00							
			Pessoal e Serviços Próprios	700.251,02	0,00							
			Serviços de Terceiros	286.871,44	0,00							
			Materiais	186.424,03	0,00							
			Isenção Usufruída	166.545,11	0,00							
			Outros Custos Operacionais	60.075,42	0,00							
			<b>Despesas Operacionais</b>	99.618,55	0,00							
			Serviços de Terceiros	24.880,00	0,00							
			Isenção Usufruída	800,92	0,00							
			Despesas Bancárias	1.817,38	0,00							
			Despesas Unidades	72.120,25	0,00							
			<b>Receitas</b>	1.499.785,57	0,00							
			Receitas Atividades Principais	1.259.400,05	0,00							
			Isenção Usufruída	167.346,03	0,00							
			Outras Receitas Operacionais	72.120,25	0,00							
			Outras Receitas	919,24	0,00							
			<b>Total das Receitas</b>	1.499.785,57	0,00							

#### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2019

**1 - Contexto Operacional, normas e conceitos gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras:** A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – PAIS – UPA Zona Noroeste é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Desde o início das atividades, a SPDM / Programa de Atenção Integral à Saúde busca o crescimento e a consolidação dos serviços de saúde, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos serviços de saúde, definida em um processo de aprimoramento contínuo. Em 31/01/2019 a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e o Município de Santos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, firmam o Contrato de Gestão nº 90/2019 que destina-se ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços da unidade de Pronto Atendimento UPA ZNO, para contribuir com o Sistema Único de Saúde (SUS). O Contrato de Gestão nº 90/2019, possui vigência de 60 meses, vigente até 30/01/2024, conforme processo administrativo nº 86306/2017-11 com valor global de R\$ 89.734.713,00 e total de recursos financeiros previstos para ano 2019 de R\$ 16.555.084,80. No período de janeiro/2019 a março/2019, a execução deu-se através do CNPJ nº 61.699.567/0002-73, todos os fatos, tais como, movimentação financeira em conta corrente, registros contábeis e Demonstrações Contábeis, prestação de contas, centros de custos, foram realizados especificadamente e individualmente para o Contrato. Em 01/04/2019, com a abertura de seu respectivo CNPJ, os valores referentes à sua operacionalização foram transferidos, conforme quadro abaixo, ao CNPJ nº 61.699.567/0088-43 – SPDM PAIS – UPA ZONA NOROESTE.

#### Demonstrativo de transferência – Posição 01/04/2019

Transferência	
SPDM - PAIS UPA ZONA NOROESTE - CNPJ Nº 61.699.567/0088-43	
<b>Ativo</b>	88.578.541,68
<b>Ativo Circulante</b>	33.260.831,06
<b>Clientes</b>	32.856.159,60
Prefeitura Municipal Santos - Upa Zona Noroeste	32.856.159,60
<b>Outros Créditos</b>	130.669,31
Adiantamento Fornecedor	9.031,42
Valor Transitável	121.637,89
<b>Estoques</b>	274.002,15
<b>Ativo não Circulante</b>	55.317.710,62
<b>Diversos Valores a Receber</b>	55.258.086,60
Convênios/Contratos Públicos a Receber	55.258.086,60
<b>Ativo Imobilizado</b>	59.624,02
Imobilizado - Bens de Terceiros	60.075,42
Ajuste Vida Útil Econom Bens Terceiros	-451,40
<b>Total do Ativo</b>	88.578.541,68
<b>Passivo</b>	88.578.541,68
<b>Passivo Circulante</b>	33.260.831,06
<b>Serviços Próprios</b>	115.497,52
Provisão de Férias	50.248,14
Provisão para 13 Salários	33.782,84
Provisão FGTS Sobre 13 Salário	2.702,63

**2 - Imunidade Tributária:** A SPDM – PAIS UPA Zona Noroeste Santos enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2.1 - Requisitos para imunidade tributária** - Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção** - A SPDM – PAIS UPA Zona Noroeste Santos, também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (is

**Continuação** a Resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa** - Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Valores em reais	R\$
<b>Período</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e Saldos em Bancos	2,00
Aplicação Financeira de Curto Prazo	1.392.980,90
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.392.982,90</b>

**4.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações encontram-se aplicadas por força do Contrato de Gestão nº 90/2019, cujo rendimento é revertido integralmente ao Contrato de Gestão em epígrafe.

Instituição	Tipo de Aplicação	Rentabilidade / Mês	Taxa %	31/12/2019
Banco Bradesco	Investimento Fácil	*	*	1.392.980,90
<b>Total</b>				<b>1.392.980,90</b>

\* % do C.D.I.

**4.3 - Contas a Receber** - A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Cronograma de Desemboço conforme estabelecido no Contrato. O Contrato é reconhecido por seu valor integral e caso a vigência exceda mais de um exercício, parte do Contrato é registrado no grupo Não Circulante. **4.4 - Valor Estimado – Rescisão de Contrato** - Valores provenientes do passivo trabalhista das unidades assumidas dos Convênios, para este Contrato. **4.5 - Outros Créditos e Adiantamentos** - Representam valores a receber ou a descontar de pagamentos futuros, tais como adiantamentos realizados a funcionários (férias, salário, 13º e outros), fornecedores, e créditos a receber do Contrato de Gestão. **4.6 - Estoques** - Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2019 é de R\$ 464.688,94. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

	Valores em Reais
<b>Estoque</b>	<b>31/12/2019</b>
Materiais utilizados no setor de Farmácia	158.665,50
Materiais de Almoarifado	306.023,44
<b>Total</b>	<b>464.688,94</b>

**4.7 - Prazos** - Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.8 - Provisão de Férias e Encargos** - Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.9 - Provisão de 13º Salário e Encargos** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.10 - Outras Provisões** - Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas cláusulas contratuais do Contrato de Gestão e na IAS 37, a O.S. SPDM-PAIS tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Contrato quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações contempladas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, calculamos na conta "Valor Estimado – Rescisão de Contrato", as obrigações presentes, resultante de eventos passados, baseados nos valores atuais contemplados na folha de pagamento até a data do Balanço.

#### 4.11 - Contribuições a Recolher

Contribuições a Recolher	31/12/2019
INSS	38.991,00
FGTS	52.359,10
PIS	0,00
Sindicato a recolher	0,00
<b>Total</b>	<b>91.350,10</b>

#### 4.12 - Impostos a Recolher

Imposto a Recolher	31/12/2019
I.R.	65.394,96
<b>Total</b>	<b>65.394,96</b>

**4.13 - Estimativas Contábeis** - A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, os quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, inclusive "Outras Provisões" citados no item 4.10, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.14 - Contingências Passivas** - Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde, por vezes são acionadas em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Os processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2019 era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 199.600,00. **4.15 - Contingências Ativas:** Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apro-

riamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornarem prováveis, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. **4.16 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.17 - Outros Passivos Exigíveis (PIS):** No tocante a outros passivos exigíveis, em especial com relação às contribuições ao Programa de Integração Social - PIS, a entidade promoveu o ajuizamento de ações em face da União Federal, visando à obtenção, junto ao Poder Judiciário, de decisões favoráveis que determinem a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários referentes à Matriz e suas filiais. Destaca-se que se obteve êxito nessas demandas, com o reconhecimento de sua imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, no ano de 2019. Em decorrência desse fato, houve a reversão contábil do passivo, no valor de 3.498,46. **4.18 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência, as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07), no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. O resultado do exercício é "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado.

Bens Móveis	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2019
<b>Imobilizado Bens de Terceiros</b>	<b>0,00</b>	<b>7.926,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>67.550,79</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>0,00</b>	<b>14.414,25</b>	<b>0,00</b>	<b>60.075,42</b>	<b>74.489,67</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos					
Odontológicos Laboratoriais	0,00	6.976,00	0,00	8.504,91	15.480,91
Equipamentos de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	19.448,40	19.448,40
Mobiliário em geral	0,00	3.457,91	0,00	26.124,11	29.582,02
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	0,00	1.327,90	0,00	0,00	1.327,90
Aparelhos e Utensílios Domésticos	0,00	379,00	0,00	0,00	379,00
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	0,00	2.273,44	0,00	0,00	2.273,44
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	0,00	0,00	0,00	5.998,00	5.998,00
<b>Ajuste de vida útil</b>	<b>0,00</b>	<b>(6.487,48)</b>	<b>0,00</b>	<b>(451,40)</b>	<b>(6.938,88)</b>

Bens Móveis	Depreciação do Período	Transferência/Baixa Depreciação	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Taxa Anual de Depreciação
Aparelhos Equip. Utens. Méd. Odonto. Lab.	(870,39)	(35,54)	(905,93)	14.574,98	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	(2.917,26)	(186,16)	(3.103,42)	16.344,98	20%
Mobiliário em geral	(2.130,08)	(179,72)	(2.309,80)	27.272,22	10%
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(31,48)	0,00	(31,48)	1.296,42	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(12,64)	0,00	(12,64)	366,36	10%
Máq. e Equip. de Natureza Industrial	(75,80)	0,00	(75,80)	2.197,64	10%
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	(449,83)	(49,98)	(499,81)	5.498,19	10%
	<b>(6.487,48)</b>	<b>(451,40)</b>	<b>(6.938,88)</b>	<b>67.550,79</b>	

**5 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, subvenções e contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, com também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1 - Das Receitas Operacionais:** Os valores recebidos diretamente pela Entidade através dos Contratos de Gestão representaram em 2019, 100% do total das receitas operacionais. **5.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10):** São recursos financeiros provenientes de Contratos de Gestão/Convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades predeterminadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os Contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo sob a denominação de Convênios/Contratos públicos a realizar. No exercício de 2019, a Instituição SPDM – UPA Zona Noroeste, recebeu a toque de caixa as Assistências Governamentais, descritas conforme abaixo:

Contrato	R\$
Contrato de Gestão 90/2015-UPA Zona Noroeste - Santos	15.152.866,63

**5.3 - Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e outros tipos de Convênios Públicos (Valores de Longo Prazo):** A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre o Contrato de Gestão, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Valores a receber - convênios/contratos públicos a receber (Ativo não Circulante) e Valores de Terceiros - convênios/contratos públicos a realizar (Passivo não circulante).

**6 - Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou subtraído do déficit do exercício, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado. **7 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 NBC TG 107(R2), item 12 a 15 A, o Resultado do Exercício é "zero", face a exigência do reconhecimento em contas do resultado de receitas e despesas compensados em base sistemáticas. Desta forma, se houvesse apuração do resultado operacional, em 2019 a Instituição reconhecera como receita do "Cronograma de Desemboço" o montante de R\$ 16.555.084,80, e demais receitas (tais como rendimentos de aplicação e descontos recebidos) no valor de R\$ 240.775,55 e em comparação aos custos e despesas no total de R\$ 14.161.086,10, resultaria no superávit operacional de R\$ 2.634.774,25 no exercício de 2019. **8 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à Portaria 834 de 27/04/2016 do Ministério da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério.

Os atendimentos alcançaram os números descritos abaixo:

Nº Contrato	Descrição	Consulta Médica	Procedimentos Laboratoriais	Exames	Medicamentos distribuídos (consumo interno e externo)
090/2019	UPA Zona Noroeste	112.099	15.896	117.605	381.064

Fonte: TABNET SMS-SP; registro da unidade (\*)

**11 - Relatório de Prestação de Contas:** A SPDM – PAIS elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas do Contrato de Gestão nº 90/2019 que mantém com o Município de Santos. Em 2019 os relatórios de Prestação de Contas, foram auditados e revisados por auditores independentes. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

**4.19 - A influência da Resolução CFC 1409/12 (ITG 2002) na contabilização de recursos públicos em relação aos índices Financeiros:** A Contabilização dos recursos públicos oriundos do Contrato de Gestão seguem, na SPDM, rigorosamente as Leis 11.638/07, Lei 11.941/09 e, fundamentalmente, a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral). De tal forma é oportuno dizer que os recursos públicos oriundos deste Contrato de Gestão, são de uso exclusivo para executar despesas do contrato e assim, não preveem superávit ou déficit como resultado. Conforme item 11 da ITG 2002 aplicado para esse tipo de recurso, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo. Com relação aos índices financeiros em Entidades que têm majoritariamente esse tipo de recurso podemos observar em dois exemplos: **Índice de Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante\*)** e **Índice de Endividamento Total = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante\*) / Ativo Total**, que a contabilização nos moldes do item 11 da ITG 2002, fará com que tais índices sejam sempre igual a 1, pois não há patrimônio tampouco resultado, seja ele deficitário ou superavitário. **4.20 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM – UPA Zona Noroeste é composto por bens de terceiros os quais são fruto de aquisição realizada com recursos do Contrato de Gestão nº 90/2019 para os quais possuímos documentos enviados as Secretarias de Saúde para fins de incorporação ao Patrimônio Público. Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A Companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 1.703.839,05. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. No exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade, passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamento de serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre a folha de pagamento. **8.1 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento a uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2019 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceição e Coordenação Luiz Afonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2019 correspondeu a R\$ 1.592,79. **9 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em cumprimento à Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. A Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **10 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** A SPDM – PAIS UPA Zona Noroeste manteve a gestão do Contrato de Gestão nº 90/2019 no exercício de 2019 em parceria com o Município de Santos.

Continuação	Debora Melo Kiyaman Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6	Darlei Alves Freire Controladoria - CRC -1SP 219.650/O-9	Mário Silva Monteiro Superintendente - SPDM/PAIS	Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Diretor-Presidente da SPDM
-------------	---	---	---	--

**REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO - ATA DE REUNIÃO de 13 de abril de 2020 – 8h30min às 10h00min - Presentes: Conselheiros: Profs. (as) Drs. (as)** Alberto Goldenberg, Walter José Gomes, Clóvis Ruychi Nakaie, Flávio Faloppa, Marcos Pacheco Toledo de Ferraz, Ruth Guinsburg, Dra. Maria Inês Rodrigues Landini Dolci e Dr. Ricardo Camargo. **Diretor-Presidente:** Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Vice-Diretor Presidente:** Prof. Dr. Gaspar de Jesus Lopes Filho. **Convidados:** Profs. Drs. Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur e José Roberto Ferraro, os(as) Srs(as) Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Darlei Freire, Cleber Vieira da Silva, Vera Lucia Silva, Thais Pinhão e os auditores da Audisa Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira; **Horário:** 08h30min às 10h00min. Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os(as) senhores(as) membros do Conselho Administrativo da SPDM, sob a presidência do Diretor-Presidente que, agradecendo a confiança, declarou abertos os trabalhos e submeteu-se à aprovação a ata da reunião anterior que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Dr. Ronaldo fez uma breve apresentação da SPDM e passou então a deliberação dos itens da **ORDEM DO DIA: 1) Análise do Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2019 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício.** Dr. Ronaldo discorreu sobre a importância de análise e divulgação do Relatório Anual da Administração, Demonstrações Contábeis, Balanço, Prestação de contas e, Parecer da auditoria independente referente ao exercício de 2019, lembrando que estes documentos foram previamente encaminhados e disponibilizados a cada um dos membros presentes. Informou também que o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, e sem nenhuma observação, emitiriam parecer favorável pela aprovação dos Relatórios apresentados, conforme documento igualmente enviado aos membros deste Conselho, convidando e passando a palavra à diretora de contabilidade da SPDM, Sra. Vera Lucia Silva para apresentação e esclarecimentos do relatório, balanço e prestação de contas compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quercia (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence (HMCJF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva (HMPB), Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), Hospital Cantareira (CANTAREIRA), Hospital Laca (LACAN), Hospital Municipal de Parelheiros (PARELHEIROS), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMF), Hospital Regional de Sorocaba – Bata Cinza (BATA CINZA), Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib D. Jatene – Bata Branca (BATA BRANCA), Hospital Regional de São José dos Campos – Bata Cinza (SJC CINZA), Hospital e Maternidade Dr. Odemlo Leão Carneiro (HMOLC), Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HOSP PEDRO), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz Mariana (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) Zona Leste (CEAC ZL), Centro de Atenção Psico-Social CAPS Itapeva (CAPS ITAP), Rede Assist. Supervisão Técnica da Saúde Vi. Maria/VI. Guilherme (VL GUILHERME), o AME Maria Zélia (AME MZ), o AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AMEPQ).

**ATA DE REUNIÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - Data: 23/04/2020 – 08h30min – Videoconferência - Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte, às nove horas, em segunda chamada, reuniram-se, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os(as) senhores (as) associados (as) da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, regularmente convocados (as). **Justificadas as ausências** dos(as) seguintes associados(as): Prof. Dr. Clóvis Ruychi Nakaie e Prof. Dr. Ruth Guinsburg. **Presentes os convidados:** Profs. Drs. Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur e José Roberto Ferraro, Dr. Anderson Ferrares e Srs(as) Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Darlei Freire, Cleber Vieira da Silva, Vera Lucia Silva, Thais Pinhão e os auditores da Audisa Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira. Aproveada a primeira sessão, sem o atingimento do quórum mínimo necessário, aguardou-se por trinta minutos, quando então foi aberta a sessão, de acordo com o disposto no inciso II do parágrafo 3º, do artigo 15, do Estatuto Social vigente, assumindo a Presidência da Reunião o Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, escolhido por unanimidade, que agradeceu a presença de todos e deu início aos trabalhos, seguindo a ordem do dia: **1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior:** dispensada a leitura pelos presentes, em razão do envio prévio a todos (as) os (as) associados (as), foi aberta a votação, e a Ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Dr. Ronaldo fez uma breve apresentação da SPDM e, após, houve a **2) Análise e aprovação do Parecer do Conselho Fiscal, que aprovou por unanimidade o Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2019 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício.** Dr. Ronaldo informou que a presente reunião é ordinária, em cumprimento com os termos do Estatuto Social, e destina-se à análise e aprovação do Parecer do Conselho Fiscal da SPDM que, conforme se desprende do Parecer disponibilizado, o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos e sem nenhuma observação, aprovou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quercia (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence (HMCJF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva (HMPB), Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), Hospital Cantareira (CANTAREIRA), Hospital Laca (LACAN), Hospital Municipal de Parelheiros (PARELHEIROS), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMF), Hospital Regional de Sorocaba – Bata Cinza (BATA CINZA), Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib D. Jatene – Bata Branca (BATA BRANCA), Hospital Regional de São José dos Campos – Bata Cinza (SJC CINZA), Hospital e Maternidade Dr. Odemlo Leão Carneiro (HMOLC), Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HOSP PEDRO), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz Mariana (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) Zona Leste (CEAC ZL), Centro de Atenção Psico-Social CAPS Itapeva (CAPS ITAP), Rede Assist.

**REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL - ATA DE REUNIÃO de 09 de abril de 2020 – 09h00 às 10h30min - Presentes: Conselheiros:** Profs (as) Drs (as) Marcelo Nascimento Burattini, José Carlos Costa Baptista Silva, Denise Caluta Brachas e Dulce Aparecida Barbosa. **Diretor-Presidente** - Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Convidados:** Profs. Drs. José Roberto Ferraro, Gaspar de Jesus Lopes Filho e Mário Silva Monteiro, e os (as) Srs (as) Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Cleber Vieira da Silva, Darlei Freire, Vera Lucia Silva, Thais Pinhão e os Auditores da Audisa, Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira. **Ausências Justificadas:** Dra. Denise Freitas. **Horário:** 09h00min às 10h30min. Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se, excepcionalmente, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os (as) senhores (as) membros do Conselho FISCAL da SPDM, sob a presidência do Diretor-Presidente que, agradecendo a confiança, declarou abertos os trabalhos e submeteu-se à aprovação a ata da reunião anterior que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade dos (as) conselheiros(as) presentes, passando então a deliberação dos itens da **ORDEM DO DIA: 1) Análise do Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2019 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício,** convidando e passando a palavra à diretora de contabilidade da SPDM, Sra. Vera Lucia Silva, para apresentação e esclarecimentos do relatório, balanço e prestação de contas compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quercia (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence (HMCJF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva (HMPB), Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), Hospital Cantareira (CANTAREIRA), Hospital Laca (LACAN), Hospital Municipal de Parelheiros (PARELHEIROS), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMF), Hospital Regional de Sorocaba – Bata Cinza (BATA CINZA), Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib D. Jatene – Bata Branca (BATA BRANCA), Hospital Regional de São José dos Campos – Bata Cinza (SJC CINZA), Hospital e Maternidade Dr. Odemlo Leão Carneiro (HMOLC), Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HOSP PEDRO), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz Mariana (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) Zona Leste (CEAC ZL), Centro de Atenção Psico-Social CAPS Itapeva (CAPS ITAP), Rede Assist. Supervisão Técnica da Saúde Vi. Maria/VI. Guilherme (VL GUILHERME), o AME Maria Zélia (AME MZ), o AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AMEPQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Mogi das Cruzes (AME MOGI), Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvétia (HELVÉTIA), Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (CRLMSJC), CRATOD – Centro de Ref. de Alcool, Tabaco e

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Opinião sobre as Demonstrações contábeis:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – PAIS – UPA NOROESTE que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de

o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AME MOGI), Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvétia (HELVÉTIA), Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (CRLMSJC), CRATOD – Centro de Ref. de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional – Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo – Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental Vi. Mariana (CAISM), SAMU 192 – Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atend. Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.–Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial – STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial – STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da Vi. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon – Cer Leblon – AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS – UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS – Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS – UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS – UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro – Capital SP – Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação – Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após apresentação, Dr. Ronaldo passou a palavra aos auditores da Audisa, que fizeram breves comentários sobre os índices, discorreram sobre o parecer sem ressalvas e concluíram que a instituição, como um todo, vem realizando um bom trabalho. Encerradas as apresentações e comentários. Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.

Supervisão Técnica da Saúde Vi. Maria/VI. Guilherme (VL GUILHERME), o AME Maria Zélia (AME MZ), o AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AMEPQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AME MOGI), Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvétia (HELVÉTIA), Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (CRLMSJC), CRATOD – Centro de Ref. de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional – Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo – Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental Vi. Mariana (CAISM), SAMU 192 – Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atend. Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.–Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial – STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial – STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da Vi. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon – Cer Leblon – AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS – UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS – Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS – UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS – UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro – Capital SP – Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação – Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Dr. Ronaldo ressaltou a importância de avaliação desses documentos pela Assembleia e, após esclarecimentos necessários por parte dos responsáveis pela Contabilidade, passou a palavra aos auditores da Audisa - Auditoria Independente, que fizeram breves comentários sobre os índices, discorreram sobre o parecer, sem ressalvas, e concluíram que a instituição, como um todo, vem realizando um bom trabalho. O Senhor Presidente agradeceu as explanações e, sem mais pedidos de esclarecimentos ou observações, colocou em votação o Parecer do Conselho Fiscal, que aprovou por unanimidade e sem ressalvas o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas filiais, restando aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente desta reunião. Luciana Taborga - Secretária. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente

Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional – Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo – Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental Vi. Mariana (CAISM), SAMU 192 – Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atend. Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.–Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial – STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial – STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da Vi. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon – Cer Leblon – AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS – UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS – Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS – UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS – UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro – Capital SP – Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação – Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes, foi aberta a votação, e este Conselho aprovou, por unanimidade de votos e sem nenhuma observação, todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Dr. Ronaldo alertou para a responsabilidade do cumprimento das obrigações para a manutenção da filantropia e Dr. Marcelo Burattini sugeriu efetuar reuniões extraordinárias com o Conselho Administrativo para discussão de alternativas administrativas destinadas a prevenir a repetição destes problemas no futuro. Por fim, em cumprimento ao exigido por lei e pelo Estatuto Social da entidade, o senhor presidente determinou a elaboração do Parecer, em apartado, nos termos aqui decididos. Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata, assim como o parecer lidos, conferidos e firmados pelos (as) Srs. Conselheiros (as) e pela Secretária, nesta data, dando-se por encerrada a reunião. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira – Presidente da reunião. Luciana Taborga – secretária.

auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Início das Atividades:** Em 31/01/2019 a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e o Município de Santos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, firmam o Contrato de Gestão nº 90/2019 que destina-se ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços da unidade de Pronto Atendimento UPA ZNO, para contribuir com o Sistema Único de Saúde (SUS). O Contrato de Gestão nº 90/2019, possui vigência de 60 meses, vigente até 30/01/2024, conforme processo administrativo nº 86306/2017-11 com valor global de R\$ 89.734.713,00 e total de recursos financeiros previstos para ano 2019 de R\$ 16.555.084,80. No período de janeiro/2019 a março/2019, a execução deu-se através do CNPJ nº 61.699.567/0002-73, todos os fatos, tais como, movimentação financeira em conta corrente, registros contábeis e Demonstrações Contábeis, prestação de contas, centros de custos, foram realizados especificadamente e individualmente para o Contrato. Em 01/04/2019, com a abertura de seu respectivo CNPJ, os valores referentes à sua operacionalização foram transferidos para o CNPJ nº 61.699.567/0088-43 – SPDM PAIS – UPA ZONA NOROESTE. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Desta forma, não existem valores para fins comparativos, visto ser o primeiro ano de atividade da Entidade. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com **Continua**



**Continuação** as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo-SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador: CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

POLI-NUTRI ALIMENTOS S/A															
CNPJ nº 60.210.515/0001-48															
Relatório da Administração															
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.															
Balancete patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)						Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018	
<b>Circulante</b>	<b>118.155</b>	<b>112.825</b>	<b>118.252</b>	<b>113.116</b>	<b>Circulante</b>	<b>63.666</b>	<b>66.823</b>	<b>63.705</b>	<b>66.959</b>	Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	4.652	(4.132)	4.651	(4.133)	
Caixa e equivalentes de caixa	2.013	3.965	2.051	4.043	Empréstimos e financiamentos	20.324	28.989	20.324	28.989	<b>Itens de resultado que não afetam o caixa</b>					
Contas a receber de clientes	63.101	60.408	63.046	60.177	Fornecedores	28.338	27.114	28.345	27.228	Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(513)	1.165	(513)	1.165	
Estoques	26.523	26.465	26.763	26.949	Salários e encargos sociais a pagar	6.935	6.017	6.943	6.025	IR e contribuição social diferido	(162)	(119)	(162)	(119)	
Tributos a recuperar	18.424	19.639	18.439	19.646	Obrigações tributárias	1.280	668	1.296	678	Depreciações e amortização	4.137	3.840	4.137	3.840	
Outros créditos	8.094	2.348	7.953	2.301	Outras contas a pagar	6.789	4.035	6.797	4.039	Baixa do ativo imobilizado, líquida	475	(5)	475	(5)	
<b>Não circulante</b>	<b>46.912</b>	<b>42.768</b>	<b>46.855</b>	<b>42.614</b>	<b>Não circulante</b>	<b>24.465</b>	<b>13.945</b>	<b>24.464</b>	<b>13.945</b>	Perda/Refugo de estoque	150	1.805	150	1.811	
Depósitos Judiciais	369	363	369	363	Empréstimos e financiamentos	18.542	8.332	18.542	8.332	Reversão de provisão	73	(635)	73	(635)	
Transações com partes relacionadas	147	38	147	38	Provisões para demandas judiciais	623	550	623	550	Resultado de equivalência patrimonial	96	42	-	-	
Contas a receber de clientes	2.008	-	2.008	-	Tributos diferidos	5.150	5.063	5.150	5.063	Juros reconhecidos e não pagos	145	274	145	274	
Tributos diferidos	2.142	1.893	2.142	1.893	Outras contas a pagar	150	-	149	-	<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício ajustado</b>	<b>9.053</b>	<b>2.235</b>	<b>8.956</b>	<b>2.198</b>	
Tributos a recuperar	2.609	-	2.609	-	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>76.936</b>	<b>74.825</b>	<b>76.938</b>	<b>74.826</b>	<b>Aumento/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais</b>					
Outros créditos	148	223	148	224	Capital social	45.409	45.409	45.409	45.409	Contas a receber	(4.188)	(18.358)	(4.365)	(18.127)	
Investimentos	60	156	-	-	Ajuste de avaliação patrimonial	7.086	7.420	7.086	7.420	Estoques	(208)	3.861	36	3.372	
Imobilizado	39.228	39.793	39.230	39.793	Reserva de lucros	24.441	21.996	24.441	21.996	Tributos a recuperar	(1.395)	(6.167)	(1.403)	(6.175)	
Intangível	200	303	200	303	Participação de não controladores	-	-	2	1	Depósitos judiciais	(6)	(21)	(6)	(21)	
<b>Total do ativo</b>	<b>165.067</b>	<b>155.593</b>	<b>165.107</b>	<b>155.730</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>165.067</b>	<b>155.593</b>	<b>165.107</b>	<b>155.730</b>	Mútuos com partes relacionadas	(110)	(26)	(110)	(26)	
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)</b>															
<b>Reservas de lucros</b>															
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Total							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	45.409	5.074	1.182	22.070	7.763	-	-	81.498	-	-	-	-	81.498	-	-
Capital social de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(4.132)	(4.132)	(4.132)	(1)	(4.133)	-	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(343)	343	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.541)	(2.541)	(2.541)	-	(2.541)	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo	-	-	-	(6.330)	-	6.330	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>45.409</b>	<b>5.074</b>	<b>1.182</b>	<b>15.740</b>	<b>7.420</b>	-	-	<b>74.825</b>	<b>1</b>	<b>74.826</b>	-	-	-	-	-
Capital social de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.652	4.652	4.652	(1)	4.651	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	166	-	-	(166)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(334)	334	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	232	-	-	(232)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.541)	(2.541)	(2.541)	-	(2.541)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.047	-	(2.047)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>45.409</b>	<b>5.240</b>	<b>1.414</b>	<b>17.787</b>	<b>7.086</b>	-	-	<b>76.936</b>	<b>2</b>	<b>76.938</b>	-	-	-	-	-
<b>Demonstrações dos resultados (Em milhares de Reais)</b>															
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado										
	2019	2018	2019	2019	2018	2019	2018	2019	2018						
Receita líquida de vendas	305.101	297.055	305.884	297.536	<b>Resultado financeiro líquido</b>	8.405	6.924	8.416	6.932	Receitas financeiras	8.405	6.924	8.416	6.932	
Custo dos produtos vendidos	(226.081)	(226.969)	(226.164)	(226.626)	Despesas financeiras	(10.075)	(9.900)	(10.112)	(9.917)	Despesas financeiras	(1.669)	(2.976)	(1.697)	(2.985)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>79.020</b>	<b>70.086</b>	<b>79.720</b>	<b>70.910</b>	<b>Lucro/(Prejuízo) antes do IR e CS</b>	<b>5.665</b>	<b>(4.251)</b>	<b>5.664</b>	<b>(4.252)</b>	IR e contribuição social - Corrente	(1.175)	-	(1.175)	-	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(53.001)</b>	<b>(53.262)</b>	<b>(53.804)</b>	<b>(53.972)</b>	IR e contribuição social - Diferido	162	119	162	119	<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>4.652</b>	<b>(4.132)</b>	<b>4.651</b>	<b>(4.133)</b>	
Despesas gerais e administrativas	(20.335)	(18.117)	(20.348)	(18.150)	<b>Atribuíveis aos:</b>					Acionistas controladores	4.652	(4.132)	4.652	(4.132)	
Resultado de equivalência patrimonial	(96)	(42)	-	-	Acionistas não controladores	-	-	(1)	(1)	Acionistas não controladores	-	-	(1)	(1)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.747	60	1.792	(55)	<b>Diretoria</b>										
<b>Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>7.335</b>	<b>(1.275)</b>	<b>7.361</b>	<b>(1.267)</b>	<b>Julio Flavio Neves</b>					<b>José Leandro Caldeira Bruzeguez</b>					
					<b>Responsável Renato Donizeti da Silva - Contador - CRC 1SP170754/O-1</b>					<b>Ludovico Roberto Derubeis</b>					
<i>"As Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, estão à disposição dos Senhores Acionistas na Sede da Companhia."</i>															

Toledo do Brasil Indústria de Balanças Ltda.													
CNPJ 59.704.510/0001-92													
Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de Reais)													
Ativo	Balancetes Patrimoniais				Passivo e Patrimônio Líquido	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais							
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018				
Caixa e equivalentes de caixa	6.282	10.828	6.900	7.563	Empréstimos e financiamentos	22.614	21.356	35.780	30.555	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	35.780	30.555	
Contas a receber de clientes	93.191	79.643	93.191	79.643	Fornecedores	25.820	24.735	3.397	3.931	<b>Lucro antes dos Impostos</b>			
Estoques	99.176	90.799	99.176	90.799	Salários e encargos sociais	8.009	12.266	12.217	12.217	<b>Ajustes</b>			
Impostos a recuperar	3.648	2.529	3.648	2.529	Obrigações tributárias	5.580	3.649	(79)	(135)	Depreciação/Amortização			
Demais contas a receber	2.902	3.350	2.902	3.350	Provisões diversas	6.112	10.094	(79)	(135)	Depreciação dos ativos de uso			
Despesas do exercício seguinte	2.022	2.071	2.022	2.071	Adiantamentos de clientes	-	514	(1.629)	1.013	Ganho na alienação de imobilizado			
<b>Total do Circulante</b>	<b>207.221</b>	<b>189.220</b>	<b>207.221</b>	<b>189.220</b>	Aluguéis a pagar	-	514	1.482	-	Constituição (reversão) de provisões			
Depósitos judiciais	113	106	113	106	Venda para entrega futura	4.237	2.736	1.482	-	Juros sobre arrendamentos			
Imposto de renda/contribuição social diferidos	8.059	5.726	8.059	5.726	Partes relacionadas	4.319	1.546	206	243	Encargos financeiros sobre mútuos - partes relacionadas			
Outros valores a receber	81	64	81	64	Juros sobre capital próprio	3.500	4.028	753	1.565	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos			
Investimentos	575	575	575	575	Passivos de arrendamentos	9.737	-	-	-	Outros			
Ativos de direito de uso	19.598	-	19.598	-	Demais contas a pagar	599	892	-	-	<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>			
Imobilizado	14.050	12.526	14.050	12.526	<b>Total do Circulante</b>	<b>97.427</b>	<b>89.379</b>	(14.568)	695	Contas a receber			
Intangível	416	562	416	562	Empréstimos e financiamentos	4.616	7.359	(8.379)	(16.131)	Estoques			
<b>Total do Não circulante</b>	<b>42.892</b>	<b>19.559</b>	<b>42.892</b>	<b>19.559</b>	Partes relacionadas	576	2.076	13.065	6.878	Outros ativos			
<b>Total do Ativo</b>	<b>250.113</b>	<b>208.779</b>	<b>250.113</b>	<b>208.779</b>	Provisões para contingências e riscos fiscais	7.799	1.943	1.258	2.292	Fornecedores			
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	Passivos de arrendamentos	10.392	-	1.085	702	Salários e encargos sociais			
Receita líquida	469.507	422.745	469.507	422.745	<b>Total do Não circulante</b>	<b>23.383</b>	<b>11.378</b>	(7.332)	(2.734)	Obrigações tributárias			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(308.222)	(273.158)	(308.222)	(273.158)	<b>Total do Passivo</b>	<b>120.810</b>	<b>100.757</b>	(13.711)	(5.932)	Venda para entrega futura			
<b>Lucro Bruto</b>	<b>161.285</b>	<b>149.587</b>	<b>161.285</b>	<b>149.587</b>	Capital social	87.300	86.253	(4.608)	1.867	Demais contas a pagar			
Despesas com vendas	(72.627)	(67.175)	(72.627)	(67.175)	Reserva de lucros	42.003	-	34.149	30.069	<b>Caixa Gerado nas Operações</b>			
Despesas gerais e administrativas	(36.849)	(27.236)	(36.849)	(27.236)	Lucros acumulados	-	21.769	(747)	(1.204)	Juros pagos sobre financiamentos			
Despesas com engenharia e desenvolvimento	(21.394)	(20.245)	(21.394)	(20.245)	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>129.303</b>	<b>108.022</b>	(13.711)	(5.932				